



ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2016 RELATÓRIO DO PREFEITO MUNICIPAL

Em cumprimento às disposições legais, o município de Faxinal do Soturno, vem encaminhar o relatório circunstanciado sobre a gestão do prefeito, com seus anexos e relatórios explicativos, relativo aos principais aspectos da administração.

DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

O Orçamento do Município foi aprovado através da Lei Municipal nº 2.373 de 23.12.2015, que estimou as receitas e fixou as despesas para o ano de 2016 no valor de R\$ 26.554.468,65 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, sessenta e cinco centavos). Este valor no decorrer do exercício teve as seguintes modificações:

Receita Previsão Inicial	R\$ 26.554.468,65
Receita Previsão Atualizada	R\$ 30.418.642,22
Receita Arrecadada	R\$ 25.920.976,20
Despesa Fixada	R\$ 26.554.468,65
Créditos Adicionais Suplementares	R\$ 4.030.560,06
Créditos Especiais	R\$ 114.300,00
Redução de Dotação	R\$ 1.763.948,39
Despesa Empenhada	R\$ 24.284.011,72
Despesa Liquidada	R\$ 21.483.504,56
Despesa Paga	R\$ 19.978.805,14

EXECUÇÃO DA RECEITA

De acordo com o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicial previsto, foi estimado no montante de R\$ 26.554.468,65, sendo que durante o Exercício de 2016 o valor foi atualizado para R\$ 30.418.642,22, que corresponde as receitas correntes, de capital e intra-orçamentárias.

A receita efetivada no exercício de 2016 foi de R\$ 25.920.976,20. Com relação as Receitas Correntes o valor arrecadado ficou 4,57% inferior a previsão atualizada, esta redução se deu principalmente devido aos valores repassado pela União e Estado que ficaram inferiores as expectativas. Valores estes que dentre as receitas correntes são os mais significativos e são também de fundamental relevância na execução das atividades administrativas. O valor arrecadado de Receitas de Capital, também ficou inferior as expectativas em 47,28%, este fato ocorre devido a União e o Estado não realizarem os repasses conforme o esperado.





Receitas	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
1 – Receitas Corrente	21.605.188,13	20.619.960,35	95,43%
Receita Tributária	2.643.150,00	2.091.202,30	79,11%
(-) Dedução Rec. Tributária	(251.810,00)	(283.013,37)	112,39%
Receita de Contribuição	973.600,00	1.060.744,70	108,95%
Receita Patrimonial	1.616.350,00	2.433.039,73	150,52%
Receita de Serviços	131.500,00	142.635,85	108,46%
Transferências Correntes	18.405.158,13	17.001.736,81	92,37%
(-) Dedução Trans. Corrente	(2.594.000,00)	(2.456.068,12)	94,68%
Outras Receitas Correntes	692.800,00	641.646,54	92,61%
(-) Dedução de Outr. Rec. Correntes	(11.560,00)	(11.964,09)	103,49%
2 – Receitas de Capital	6.949.754,09	3.664.138,30	52,72%
Operações de Crédito	1.000.000,00	824.367,23	82,43%
Alienação de Bens	112.200,00	92.200,00	82,17%
Transferências de Capital	5.811.854,09	2.687.103,57	46,23%
Outras Receitas de Capital	25.700,00	60.467,50	235,28%
3 – Receitas Correntes Intra-Orçamentária	1.863.700,00	1.636.877,55	87,83%
Total da Receita	30.418.642,22	25.920.976,20	85,21%

Dentre as Receitas Correntes as que merecem maior destaque são as Receitas Tributárias e as Receitas de Transferências Correntes, as quais representam as disponibilidades financeiras que o Ente possui para fazer frente a realização dos programas e ações a fim de atingirem a finalidade pública.

Receitas Tributárias:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Impostos	2.254.590,00	1.723.823,86	76,45%
IPTU	1.701.000,00	1.143.307,71	67,21%
(-) Dedução da Rec. IPTU	(251.810,00)	(283.013,37)	112,39%
IRRF	180.400,00	220.829,09	122,41%
ITBI	155.000,00	176.383,71	113,79%
ISSQN	470.000,00	466.316,72	99,21%
Taxas	136.750,00	84.365,07	61,69%
Taxa p/Exerc. Poder de Polícia	126.750,00	68.333,20	53,91%





Taxa p/Prestação de Serviço	10.000,00	16.031,87	160,31%
Total das Receitas Tributárias (Líquido)	2.391.340,00	1.808.188,93	75,61%

Quanto as Receitas Tributárias consideramos que a mais relevante é a relativa ao IPTU, que representa 49,90% do total, e no exercício de 2016 teve um esforço de arrecadação de 67,21%.

Transferências Correntes:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Transferências da União	8.442.169,38	8.026.940,08	95,08%
Cota Parte do FPM	6.544.000,00	6.346.063,96	96,97%
Cota Parte do ITR	21.600,00	17.833,43	82,56%
Cota Parte da LC 87/96 (Lei Candir)	25.600,00	21.537,78	84,13%
Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo	82.000,00	61.102,78	74,51%
Transferências do SUS	1.115.669,38	1.084.226,41	97,18%
Transferências do FNAS	229.100,00	178.482,48	77,90%
Transferências do FNDE	401.100,00	271.156,80	67,60%
Outras Transferências da União	23.100,00	46.536,44	201,45%
Transferências do Estado	5.319.810,00	4.656.371,76	87,52%
Cota Parte do ICMS	3.520.000,00	3.314.277,65	94,15%
Cota Parte do IPVA	760.000,00	619.016,63	81,44%
Cota Parte do IPI/Exportação	64.800,00	41.372,96	63,84%
Cota Parte da CIDE	19.800,00	14.536,86	73,41%
Transferências do SUS	531.100,00	389.758,15	73,38%
Outras Transferências do Estado	75.110,00	56.521,57	75,25%
Transferência de Convênio	349.000,00	220.887,94	63,29%

Conforme se visualiza no grupo das Transferências Corrente da União, o item mais significativo se refere às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Município – FPM, que realizou R\$ 6.346.063,96 no período, correspondendo a 96,97% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente. No exercício de 2016 o FPM também teve um incremento referente ao recurso proveniente da Repatriação de Recursos Brasileiros no Exterior, transferidos aos municípios atendendo ao disposto na Lei 13.254/2016 e MP nº 753/2016.





Quanto as transferências do Estado, merece destaque a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos no exercício de 2016 ao município foi de R\$ 3.314.277,65, representando 94,15% da expectativa inicial que era de 3.520.000,00.

Transferências do FUNDEB:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Valores Recebidos do FUNDEB	1.819.178,75	1.818.256,88	99,95%
Valor Transferido para o FUNDEB	2.594.000,00	2.456.033,05	94,68%
Perda com o FUNDEB	-774.821,25	-637.776,17	82,31%

O quadro acima evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB, verificou-se que no exercício de 2016 o fundo recebeu em razão do número de alunos matriculados na rede de ensino o valor de 1.818.256,88, e contribuiu de forma compulsória para o mesmo fundo com o valor de R\$ 2.456.033,05. Portanto, a perda acumulada no FUNDEB no exercício de 2016 foi de R\$ 637.776,17.

Receita de Capital:

As receitas de Capital alcançaram 52,72% da previsão atualizada no ano, sendo que o valor transferido da União e do Estado alcançou uma soma de R\$ 2.687.103,57, representando 46,23% das expectativas para o ano.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A despesa inicial prevista no Balanço Orçamentário de 2016, foi estimada no valor de R\$ 26.554.468,65. Deste valor, R\$ 568.600,00 refere-se ao valor previsto para a manutenção da Câmara de Vereadores, o valor orçado destinado para as despesas correntes e de capital da Prefeitura é de R\$ 21.667.568,65 o valor previsto para a manutenção do Fundo de Previdência Social dos Servidores é de R\$ 3.720.700,00, sendo que 2.092.200 deste valor se refere a reserva de contingência do Fundo, e ainda para o Fundo de Assistência Médica Hospital é previsto R\$ 597.600,00 destinado a sua manutenção.

A execução das despesas correntes no exercício se apresentou de acordo com o previsto. Considerando que o valor arrecadado de Receita Corrente ficou acima do valor de despesas liquidadas, podemos dizer que a administração, durante o exercício de 2016, se empenhou em manter o equilíbrio financeiro. Quanto as despesas de Capital o município possui obras em andamento, onde a União realizará repasses na medida que os projetos serão executados, desta forma, podemos observar que dentro do exercício financeiro o valor executado (despesas liquidadas de capital) apresentou valor inferior ao arrecadado, mantendo assim o equilíbrio financeiro.

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de 2016, apresentou uma execução superior à Despesa total Empenhada no montante de 1.636.964,48, este saldo positivo se deve, principalmente, pelos recursos recebidos na união, no final do exercício, com a finalidade de aquisição de equipamentos e para dar andamento nas obras já iniciadas e que no decorrer do próximo exercício serão adquirido e ou executadas.





Resultado Orçamentário (Todas as fontes de Recursos)

Receitas		Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Total da Receita		30.418.642,22	25.920.976,20	85,21%
Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	19.556.229,50	20.447.781,96	18.290.247,51	18.288.852,51
Pessoal e Encargos Sociais	11.172.074,00	11.485.590,67	11.186.243,50	11.186.243,50
Juros e encargos da Dívida	139.000,00	91.754,92	80.990,08	80.990,08
Outras Despesas Correntes	8.245.155,50	8.870.436,37	7.023.013,93	7.021.618,93
Despesas de Capital	4.666.039,15	8.220.252,83	5.993.764,21	3.194.652,05
Investimentos	4.478.039,15	8.030.800,83	5.807.598,13	3.008.485,97
Amortização da Dívida	188.000,00	189.452,00	186.166,08	186.166,08
Reserva de Contingência	2.332.200,00	2.031.293,92	0,00	0,00
Total da Despesa	26.554.468,65	30.669.328,71	24.284.011,72	21.483.504,56
Resultado Orçamentário		280.686,49	1.636.964,48	
Relação Despesa/Receita			0,93	

DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

Calculada conforme a metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, a despesa de Pessoal do poder executivo é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. O valor da Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos 12 meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu o montante de R\$ 17.629.943,46. Já o total da despesa líquida com pessoal nos 12 últimos meses, atingiu o montante de R\$ 7.912.761,68, o que corresponde a **44,88%** sobre a Receita Corrente Líquida. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal o percentual apresentado pelo município está abaixo do limite de Alerta previsto no inciso II do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 48,60%, para o poder executivo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerando para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ e está assim discriminada:





Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	R\$ 23.371.005,93
(-)Dedução da Receita Corrente	R\$ 2.751.045,58
(-) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	R\$ 203.182,07
(-) Contribuição p/ o Plano de Previdência dos Servidores	R\$ 504.744,22
(-) Rendimento de Aplicação Financeira RPPS	R\$ 2.366.224,95
(-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	R\$ 147.790,30
(-) Contribuição Servidores Fundo de Assistência Médica	R\$ 402.462,63
(-) Rendimento Aplicação Financeira FAMH	R\$ 3.388,89
(+) Perda do FUNDEB	R\$ 637.776,17
(=) Receita Corrente Líquida	R\$ 17.629.943,46

Despesa de Pessoal e Limite da LRF

PODER	Despesa Liquidada	%RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	7.912.761,68	44,88	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	440.609,85	2,50	5,70%	6%
Total das Despesas com pessoal	8.329.103,68	47,24	57%	60%

EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Especificação	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Variação %
I- Dívida Consolidada	870.820,05	1.524.818,97	175,10%
(-) Disponibilidade de Caixa Bruto	1.278.792,71	2.214.546,90	173,17%
(+) Restos a pagar processados	977.677,47	1.905.878,05	194,94%
II- Dívida Consolidada Líquida	569.704,81	1.216.150,12	213,47%
III- Receita de Privatizações	0,00	0,00	
IV – Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	
			Resultado Nominal
V- Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	569.704,81	1.216.150,12	646.445,31

Receita Corrente Líquida	17.629.943,46
--------------------------	---------------





Quanto a dívida consolidada líquida temos a informar que o saldo em 31/12/2016 apresentava o valor de R\$ 1.524.818,97, que se refere a:

- R\$ 482.256,41-parcelamento junto ao Fundo de Previdência Social dos Servidores;
- R\$ 220.746,16-operação de crédito junto ao Banco Badesul;
- R\$ 821.816,40-operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal – PAC2.

No exercício o valor da dívida consolidada líquida representa o percentual de 6,89% da Receita Corrente Líquida, percentual este consideravelmente inferior ao limite estabelecido por Resolução do Senado Federal que é de 120,00%.

Com relação aos restos a pagar com insuficiência financeira, no final de 2016, o município apresentou os valores conforme quadro abaixo:

Código do Recurso	Nome do Recurso	Restos Processados
0001	Recursos Livres	562.548,34
0020	M.D.E	47.321,10
TOTAL		609.869,44

Quanto a insuficiência financeira apresentada nas fontes de recursos Livre 0001 e M.D.E 0020 temos a informar que conforme vem ocorrendo em anos anteriores, e se repetiu no exercício de 2016, os municípios estão sofrendo com redução dos repasses efetuados pelo Estado e pela União. Considerando que tais repasses representam a maior parte da receita do município e as demandas de atividades essenciais desenvolvidas só tendem a aumentar, a Situação financeira segue uma tendência de dificuldades.

Conforme dados divulgados em 12.01.2017 e 17.01.2017 pela FAMURS-Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul informando sobre as quedas nos repasses do Estado relacionado ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e da União relacionado ao FPM (Fundo de Participação do Município). O município de Faxinal do Soturno concretizou uma queda de R\$ 115.302,00 no valor a ser repassa referente a Cota Parte do ICMS e uma queda no valor a ser repassado de R\$ 370.606,00 referente a Cota Parte do FPM.

Em virtude da redução dos repasses do Estado e da União, na data de 03.10.2016 o município determinou através do Decreto Municipal nº 2.722 a suspensão das horas extras e diárias e através da Lei Municipal 2.419 de 13.10.2016 foi instituído o Turno Único de 6 (seis) horas diárias nas Secretarias Municipais, com a finalidade de redução de despesas dos cofres públicos, disciplinando assim a contenção de gastos e buscando o equilíbrio financeiro perante o encerramento do mandato 2013/2016. Outra medida adotada pela administração com a finalidade de alcançar o equilíbrio financeiro no exercício de 2016, foi a exoneração de estagiários, Cargos Comissionados e Secretários, bem como o encerramento antecipado de projetos que eram executados pela administração.

Cabe informar que de acordo com OF.Circular/FES. Nº 433/2016 enviado pela Secretaria Estadual da Saúde em 23.12.2016, o Fundo Municipal da Saúde de Faxinal do Soturno possui um saldo credor junto ao Estado no valor de R\$ 337.185,65, valor este referente a saldo pendente de pagamento relativo aos exercícios de 2014,2015 e 2016. O município cumpriu com o básico da demanda dos serviços de Saúde utilizando recursos da Fonte 0040-A.S.P.S e recursos repassados pela União.





RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GASTOS COM EDUCAÇÃO-MDE

Relatório físico-financeiro, referente ao exercício de 2016 sobre os projetos e atividades realizadas relativo a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com a elucidação dos projetos e atividades previstas e aqueles efetivamente executados.

1 – RECEITA

A Lei Orçamentária Anual nº 2.373 de 23 de dezembro de 2015, que estima as receitas e fixa as despesas para no ano de 2016, estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária para o exercício de 2016 em R\$ 16.024.590,00 e sendo que de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, o caput do artigo 69 da Lei 9394/96 e o artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino é 25% da receita.

Durante o exercício de 2016 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências constitucionais e dívida ativa se deram da seguinte forma:

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	25% CFE LDO
IPTU	1.701.000,00	1.143.307,71	285.837,29
ISQN	470.000,00	466.316,72	116.723,05
ITBI	155.000,00	176.383,71	44.095,94
ITR	27.000,00	22.291,72	5.572,87
IPVA	950.000,00	773.770,91	193.442,73
ICMS	4.400.000,00	4.142.847,12	1.035.711,80
IPI – EXPORT	81.000,00	51.716,21	12.929,06
IRRF	180.400,00	220.829,09	55.207,77
ICMS – DESONER.	32.000,00	26.922,22	6.730,52
FPM	8.040.000,00	7.798.587,28	1.949.646,47
DIV. ATIVA	180.000,00	123.956,62	30.993,56
MULTA E JUROS	71.200,00	42.399,06	10.612,48
DEDUÇÕES DE RECEITAS	-263.010,00	-293.609,33	-73.405,22
SUBTOTAL	16.024.590,00	14.695.719,04	3.674.098,32
RENDIMENTOS APLICAÇÕES	11.500,00	11.714,71	11.714,71
TOTAL	16.036.090,00	14.707.433,75	3.685.813,03

Cabe agora ressaltar a arrecadação realizada pelo Município através dos convênios, acordos e ajustes entre as diversas esferas de governo foram as seguintes:

CONVÊNIO COM	VALOR EM R\$
SALÁRIO EDUCAÇÃO – FEDERAL	142.089,87
FNDE – PNAT	39.447,54
FNDE – PNAE	79.330,00
PROGRAMA BRASIL CARINHOSO	10.289,39
TRANSPORTE ESCOLAR – ESTADUAL	220.887,94
TOTAL	492.044,74





2 – DESPESA

As despesas inicialmente autorizadas com os programas que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis no ensino fundamental pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional somaram R\$ 3.123.647,50.

A execução da despesa através das diversas atividades e projetos com a educação, colocados a disposição desta Municipalidade, serão agora relacionadas e discriminados como computáveis para o cálculo dos 25% com a Educação, que totalizaram em R\$ 3.170.898,15.

RELAÇÃO DAS DESPESAS COMPUTADOS NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DOS 25% COMO DESPESAS APLICADAS NA EDUCAÇÃO

Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	2.964.047,50	3.230.816,94	3.158.917,15	3.158.917,15
Pessoal e Encargos Sociais	2.366.600,00	2.382.701,21	2.371.447,06	2.371.447,06
Outras Despesas Correntes	597.447,50	848.115,73	787.470,09	787.470,09
Despesas de Capital	159.600,00	11.981,00	11.981,00	11.981,00
Investimentos	159.600,00	11.981,00	11.981,00	11.981,00
Total da Despesa	3.123.647,50	3.242.797,94	3.170.898,15	3.170.898,15

Total despesas realizadas com M. D. E e FUNDEB	3.170.898,15
(+) Perda com o FUNDEB	637.776,17
(-) Rendimentos M.D.E + FUNDEB	11.714,71
Valor Aplicado em Educação	3.796.959,61
% Aplicado em Educação	25,84

3 - CONCLUSÃO

As Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino provenientes da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária somou a quantia de 14.695.719,04, e que de acordo com o art. 212 da CF o percentual mínimo de 25% a ser aplicado em Educação representa o valor de R\$ 3.674.098,32.

É possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação no valor de R\$ 3.170.898,15, que se somarmos as perdas do FUNDEB no valor de R\$ 637.776,17 e descontarmos os Rendimentos Financeiros no valor de R\$ 11.714,74, Conclui-se que o





percentual aplicado em 2016 pelo Município em Educação foi de 25,85%. Percentual acima dos 25% constitucionais obrigatórios.

Cabe ressaltar também que, especificamente, quanto ao recurso recebido do FUNDEB, o município destinou ao pagamento dos Profissionais do Magistério no Exercício de 2016 a importância de R\$ 1.212.133,62 que corresponde a 66,38% do total arrecadado, atendendo desta forma o disposto nos artigos 21,22 e 25 parágrafo único inciso III letra “b” da Lei 11.494/07.

RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GASTOS COM SAÚDE -ASPS

Relatório físico financeiro referente ao exercício de 2016 sobre os projetos e atividades realizadas relativo à manutenção da saúde com a elucidação dos projetos e atividades previstas e aqueles efetivamente executados.

1 – RECEITA

A Lei Orçamentária Anual nº 2.373 de 23 de dezembro de 2015, que estima as receitas e fixa as despesas para o ano de 2016, estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária para o exercício de 2016 em R\$ 16.024.590,00 e sendo que, de acordo com o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a redação dada pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, e artigo 124 § 2º da Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção da saúde é de 15% da receita.

Durante o exercício de 2016 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, e transferência constitucionais e dívida ativa se deram da seguinte forma:

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	15% CFE LDO
IPTU	1.701.000,00	1.143.307,71	171.486,98
ISQN	470.000,00	466.316,72	70.030,92
ITBI	155.000,00	176.383,71	26.457,55
ITR	27.000,00	22.291,72	3.343,69
IPVA	950.000,00	773.770,91	116.065,56
ICMS	4.400.000,00	4.142.847,12	621.427,07
IPI – EXPORT	81.000,00	51.716,21	7.757,45
IRRF	180.400,00	220.829,09	33.124,45
ICM – DESONER.	32.000,00	26.922,22	4.038,24
FPM	8.040.000,00	7.380.331,28	1.107.049,28
DIV. ATIVA	180.000,00	123.956,62	18.589,17
MULTA E JUROS	71.200,00	42.399,06	6.346,28
DEDUÇÃO – DE RECEITA	-263.010,00	-293.609,33	-44.023,95
SUBTOTAL	16.024.590,00	14.277.463,04	2.141.692,69
RENDIMENTOS	3.800,00	1.721,67	1.721,67
TOTAL	16.028.390,00	14.279.184,71	2.143.414,36





Cabe ressaltar que a arrecadação realizada pelo Município através de participação de programas, convênios, entre outros, junto as esferas de governo foram as seguintes:

FONTE DE RECURSOS	VALOR EM R\$
Transferencias de Recursos pelo União	1.084.226,41
Transferencias de Recursos pela Estado	389.758,15

2 – DESPESA

Conforme a Lei Orçamentária Anual as despesas inicialmente autorizadas com os programas que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis na saúde municipal somaram R\$ 2.486.100,50.

A execução das atividades e projetos destinados a atender as necessidades relacionada a Saúde, serão agora relacionados e discriminados como computáveis para o cálculo dos 15% dos valores aplicados na saúde, totalizando R\$ 2.094.526,91.

RELAÇÃO DAS DESPESAS COMPUTADOS NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DOS 15% DE APLICAÇÃO EM SAÚDE.

Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	2.367.970,00	2.380.670,00	2.085.956,28	2.085.956,28
Pessoal e Encargos Sociais	1.394.550,00	1.477.050,00	1.419.920,27	1.419.920,27
Outras Despesas Correntes	973.420,00	903.620,00	666.036,01	666.036,01
Despesas de Capital	118.130,50	105.430,50	99.387,12	87.353,16
Investimentos	118.130,50	105.430,50	99.387,12	87.353,16
Total da Despesa	2.486.100,50	2.486.100,50	2.185.343,40	2.173.309,44

Total despesas realizadas com A.S.P.S	2.173.309,44
(-) Rateio pela Participação em Consórcio	10.389,60
(-) Rendimentos A.S.P.S.	1.721,67
Valor Aplicado em Saúde	2.161.198,17
% Aplicado em Saúde	15,14

3 - CONCLUSÃO

Baseado nos dados informados neste relatório, temos a concluir que a receita proveniente de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de R\$ 14.277.463,04, sendo que de acordo com a legislação o percentual mínimo a ser aplicado em saúde é de 15%





e representa o valor de R\$ 2.141.692,69. Desta forma é possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou despesas com Saúde no valor de R\$ 2.173.309,44, que descontado o valor de R\$ 10.389,60 repassado ao Consórcio a título de Rateio e os Rendimentos Financeiros no valor de R\$ 1.721,67, representa o percentual de 15,14% da arrecadação efetivada no exercício, percentual este acima dos 15% constitucionais obrigatórios.

CONCLUSÃO

Diante do exposto nos relatórios podemos concluir que a execução do orçamento se deu de forma satisfatória, com a maioria das metas cumpridas. Os percentuais de gastos com pessoal e aplicação dos recursos em Saúde e Educação, se apresentam de acordo com a legislação vigente.

A busca incessante de desenvolvimento, ou seja, pela melhor qualidade de vida da população foi atingida de maneira clara e transparente.

Todos os órgãos da Administração, como também o quadro de servidores buscaram cumprir com suas obrigações fazendo, com que, todos os serviços prestados pelo município estivessem a altura das reivindicações da comunidade. Em contrapartida, priorizou-se o pagamento, sempre em dia, dos débitos, o que dignificou sobremaneira o trabalho do servidor público municipal.

As atividades desenvolvidas e explanadas no presente relatório demonstram o interesse da administração municipal em dar continuidade ao crescimento e desenvolvimento do município, com o intuito de proporcionar as condições de bem-estar para toda a população municipal.

Faxinal do Soturno, 18 de Janeiro de 2017.

Volnei Colvero Savegnago

Prefeito Municipal – 2013/2016

